



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

I - Necessidade da contratação:

A contratação tem como objetivo concluir a migração do sistema Tyco para o sistema Intelbras Defense 3.1, já iniciada no PA 3639/2024, e autorizada em despacho da Presidência (doc. 98 do PA 3035/2024), conforme deliberação do Comitê de Segurança Institucional (ata doc. 90 deste mesmo PA).

A necessidade é urgente, uma vez que o novo sistema, mais moderno e integrado, possibilitará a unificação do contrato de manutenção e monitoramento em 2026, reduzindo custos, otimizando vigilância e centralizando a gestão da segurança patrimonial em um único sistema.

Serão adquiridos cabos de CFTV, conectores, câmeras com reconhecimento facial (VIP 5460, 7550 e 9460 Ultra), NVDs de 32 canais com IA embarcada e portas POE, HDs, joystick, testador de CFTV e caixas de passagem. A aquisição é estratégica para que, a partir de 2026, o TRT24 disponha de um único sistema de controle de acesso e CFTV e, também, apenas um contrato de manutenção preventiva e corretiva abrangendo todas as unidades

II - Referência a outros instrumentos de planejamento do TRT:

A contratação dos equipamentos de CFTV para o Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet encontra-se inteiramente alinhada aos eixos estruturantes da estratégia institucional do TRT da 24ª Região, e constitui iniciativa prioritária para o cumprimento dos Objetivos Estratégicos estabelecidos para o período 2021-2026, conforme revisão realizada em 2023 e aprovada pela alta administração.

a) Conexão com os Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico Institucional (PEI 2021-2026)

A aquisição de câmeras IP com inteligência artificial embarcada, NVDs de 32 canais, HDs de alta capacidade, cabeamento estruturado e demais insumos é fundamental para viabilizar:



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

OE Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica (Promover a modernização tecnológica do Tribunal): O investimento em tecnologia de vigilância eletrônica com inteligência artificial (IA) embarcada contribui para tornar o TRT24 uma instituição mais eficiente, moderna e capaz de reagir com agilidade a situações críticas de segurança.

OE Aprimorar a Governança de Tecnologia da informação e comunicação (TIC) e a proteção de dados - (Fortalecer a segurança institucional e proteção de dados): O novo sistema Intelbras Defense 3.1 permite controle de acesso com autenticação facial e rastreabilidade das entradas e saídas, reforçando a integridade dos ambientes físicos e dos dados ali contidos. As novas câmeras possuem capacidade de reconhecimento facial e tecnologias embarcadas de modo a identificar e alertar, se necessário, acessos indevidos entre outros.

OE Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados - (Assegurar a continuidade dos serviços essenciais e a integridade física de magistrados, servidores e patrimônio): O CFTV de alto desempenho é um elemento de resiliência institucional, protegendo ativos humanos e materiais contra sinistros, violações de perímetro e emergências, trazendo transparência das ações do TRT24 ao cidadão.

Além disso, a solução está aderente à missão institucional do Tribunal ("Realizar Justiça no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania") e à sua visão de futuro ("Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país").

b) Integração com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e a Agenda 2030 da ONU

A medida também está em consonância com os Macrodesafios do Poder Judiciário, definidos pelo CNJ, e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente:

ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, pela valorização da integridade dos trabalhadores e da



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

prevenção a acidentes e incidentes de segurança institucional.

ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, ao promover a modernização da infraestrutura física e lógica dos fóruns da Justiça do Trabalho.

ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes, pois fortalece a cultura institucional de paz, transparência e integridade física.

c) Aderência ao Plano de Logística Sustentável (PLS 2021- 2026)

O PLS do TRT24 estabelece diretrizes e metas que também são diretamente favorecidas por esta contratação. Entre elas:

Eficiência energética e redução de consumo de recursos naturais: a migração para equipamentos de CFTV com tecnologia POE reduz o consumo elétrico e simplifica a infraestrutura, em linha com as metas de racionalização de energia elétrica.

Gestão responsável dos resíduos eletrônicos: a substituição controlada de equipamentos permite uma gestão ambiental adequada dos descartes, conforme práticas estabelecidas no PLS e exigência de comprovação do CTF/IBAMA dos fornecedores.

Unificação de sistemas e racionalização de contratos: o sistema Intelbras Defense 3.1 é padrão adotado pelo TRT24, permitindo contratos de manutenção unificados, o que atende à racionalização de processos prevista no art. 5º da Resolução CNJ nº 400/2021.

d) Articulação com o Planejamento de Contratações Anual (PCA) e Orçamento

A demanda consta formalmente do PCA 2025, no item 151252025374474, e está vinculada à dotação orçamentária da Polícia Judicial, item 151252025000082 no SIGEO-JT. Há, portanto, aderência orçamentária e legitimidade documental plena, conforme exigência dos arts. 6º e 17 da Lei nº 14.133/2021 e Portaria TRT/GP/DG nº 140/2024

III - Requisitos da contratação:



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

A contratação exige a aquisição de equipamentos novos, originais de fábrica e com garantia mínima de 12 (doze) meses, sendo obrigatória sua compatibilidade plena com a plataforma Intelbras Defense 3.1.

A Lei de Licitações 14.133/2021, traz em seu Art. 41:

"No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

*b) em decorrência da necessidade de **manter a compatibilidade com plataformas e padrões** já adotados pela Administração;"*

Assim, os equipamentos a serem licitados como câmeras e soluções de inteligência - como câmeras e NVDs - deverão necessariamente ser da fabricante Intelbras®, devido à compatibilidade do sistema Defense já em uso em todas outras unidades do TRT da 24ª Região, conforme padronização institucional aprovada pelo Comitê de Segurança Institucional (doc. 90 do PA 3035/2025). Ressalte-se que tal exigência não se aplica a equipamentos físicos como cabos de rede, conectores e caixas de passagem.

Com base no Documento de Formalização da Demanda (DFD), o conjunto de equipamentos e insumos a serem adquiridos compreende:

- **20 (vinte) câmeras** Intelbras modelo **VIP 5460 IA**, com resolução Full HD, lente motorizada, análise inteligente de vídeo embarcada, função IR (infravermelho) de longo alcance e tecnologia de compressão H.265+;
- **20 (vinte) câmeras** Intelbras modelo **VIP 7550 IA**, de tipo bullet, com Inteligência Artificial, WDR real, carcaça metálica com índice de proteção IP67 e detecção inteligente de eventos;
- **3 (três) câmeras** Intelbras modelo **VIP 9460 Ultra IA FT**, com tecnologia Ultra HD, recurso de reconhecimento facial em tempo real e funções avançadas de segurança perimetral e de leitura de características biométricas;
- **7 (sete) NVDs** Intelbras modelo **5232P**, gravadores de vídeo digital com 32 canais e portas POE, inteligência artificial embarcada, suporte a múltiplas resoluções de câmera IP, e capacidade de gravação em múltiplos fluxos simultâneos;



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

- **8 (oito) discos rígidos de 16 TB** cada, com tecnologia SATA III, rotação mínima de 7200 rpm, homologados para operação 24/7 em ambientes de segurança eletrônica, próprios para gravação contínua de vídeo sem perda de quadros;
- **1 (um) joystick** de controle Intelbras para **Speed Dome**, com interface USB e/ou RS485, sensibilidade de movimento em múltiplos eixos, botões de atalho programáveis e integração com a plataforma Defense 3.1;
- **1 (um) testador Intelbras de CFTV** analógico e digital, com visor LCD, bateria interna recarregável, compatibilidade com padrões ONVIF e coaxiais, e capacidade de envio de comandos para teste em campo de câmeras IP e AHD;
- **100 (cem) caixas de passagem** plásticas, com vedação IP65, resistência à intempérie, com suporte técnico para acomodação de conectores, fontes e emendas de cabeamento de CFTV externo;
- **17 (dezesete) caixas de cabo de rede** estruturado categoria 6 (CAT6), com **305 metros** cada, homologado pela Anatel, contendo condutores em cobre puro, com certificação mínima ANSI/TIA 568.2-D, compatível com PoE e protocolos de CFTV IP;
- **400 conectores RJ45** categoria CAT6, com padrão 8P8C, contatos banhados a ouro e sistema de travamento para crimpagem precisa e de alta durabilidade.

Todos os equipamentos devem ser compatíveis entre si e com os recursos de rede, energia e controle já existentes nas unidades do Tribunal, em especial com os switches POE, nobreaks, e a estrutura lógica de monitoramento centralizado.

Sustentabilidade:

Em atendimento ao disposto na Resolução CSJT nº 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, a CONTRATADA deverá comprovar, como especificação do objeto, ou seja, no momento da licitação, o atendimento aos seguintes critérios de sustentabilidade:

A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de registro do fabricante dos materiais no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Lei n.º 6.938/1981 e da Instrução Normativa IBAMA n.º 13/2021.

Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

A comprovação dos critérios de sustentabilidade definidos acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por declaração da CONTRATADA.

Não foi incluída a exigência para a empresa realizar a logística reversa dos itens, conforme consta na Resolução CSJT nº 310/2021, uma vez que o TRT24 dispõe de meios mais seguros e eficazes para promover a logística reversa dos resíduos. Quanto ao item 14, por se tratar apenas de licença para funcionamento dos equipamentos do CFTV, não cabe a exigência de atendimento às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG, quanto à acessibilidade

IV - Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte:

A contratação abrange os seguintes itens: 20 câmeras Intelbras modelo VIP 5460 IA, 20 câmeras VIP 7550 IA, 3 câmeras VIP 9460 Ultra IA FT, 7 NVDs modelo 5232P, 8 discos rígidos de 16 TB, 1 joystick de controle para Speed Dome, 1 testador de CFTV analógico e digital, 100 caixas de passagem metálicas, 17 caixas de cabo de rede CAT6 com 305 metros cada, e 400 conectores RJ45 CAT6.

A estimativa apresentada referente aos quantitativos e valores dos equipamentos a serem adquiridos, foi realizada com base em análises técnicas e cotações preliminares de mercado, considerando a compatibilidade com o sistema Intelbras Defense 3.1 e as especificações técnicas necessárias para o bom funcionamento do CFTV no Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet. Ademais, levou-se em conta os equipamentos da Tyco e da American Dynamics que



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

serão substituídos, frutos da contratação anterior, conforme processo 3035/2024

Foi levado em conta também o histórico de consumo e a experiência técnica da área policial do TRT24, buscando garantir uma quantidade suficiente para cobrir a demanda atual e a possível expansão do sistema nos próximos anos. Os valores unitários utilizados nas estimativas foram obtidos a partir de fornecedores homologados e cotações recentes, conforme Mapa de Preços.

Essa estimativa visa assegurar a economicidade da contratação, evitando desperdícios e garantindo o atendimento das necessidades técnicas e operacionais previstas no DFD e na RA 85/2023, que estabelece o plano de segurança institucional.

V - Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:

Após análise detalhada do mercado e das soluções tecnológicas disponíveis para sistemas de CFTV, foram identificadas as seguintes alternativas para a melhoria do sistema de monitoramento do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet:

Substituição do parque de câmeras e equipamentos de CFTV, com migração para o Sistema Intelbras Defense 3.1, incluindo câmeras, NVDs, cabeamento e acessórios compatíveis.

Vantagens:

- Implantação de tecnologia mais moderna, com maior resolução, funcionalidades avançadas (reconhecimento facial, análise inteligente) e maior integração com o sistema atual.
- Padronização total do sistema, facilitando manutenção e suporte.
- Potencial ampliação da cobertura e melhoria significativa na qualidade das imagens.

Desvantagens:

- Investimento inicial elevado, com substituição de câmeras, equipamentos e necessidade de readequação estrutural (como cabeamento).



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

Aquisição avulsa e gradual apenas dos equipamentos deteriorados ou obsoletos, conforme necessidade (compra sob demanda)

Vantagens:

- Diluição do investimento ao longo do tempo, facilitando o planejamento orçamentário.
- Utilização máxima dos equipamentos ainda em operação, promovendo economia e sustentabilidade.
- Menor impacto operacional imediato, evitando paralisações extensas durante substituições.

Desvantagens:

- Risco de descontinuidade tecnológica, com dificuldades futuras para compatibilidade entre modelos antigos e novos.
- Possibilidade de indisponibilidade ou descontinuidade de componentes específicos no mercado, elevando custos e riscos.
- Processos repetidos de aquisição podem aumentar a burocracia e demandar maior esforço administrativo.

Aquisição planejada por meio de licitação específica para substituição dos equipamentos do fórum, mantendo a infraestrutura geral (cabearamento, NVDs, integração), com escolha de modelos compatíveis e tecnologicamente atualizados

Vantagens:

- Atendimento direto e específico à demanda do fórum, otimizando custos e focando nas reais necessidades.
- Possibilidade de manter boa parte da infraestrutura atual, reduzindo custos e riscos técnicos.
- Padronização dos equipamentos substituídos, garantindo compatibilidade e facilidade de operação.
- Maior controle do planejamento orçamentário e aderência à política institucional de sustentabilidade e governança.

Desvantagens:

- Pode não contemplar todas as melhorias tecnológicas mais recentes se comparado à substituição total.



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

- Exige estudo técnico cuidadoso para garantir compatibilidade e evitar falhas futuras.

Conclusão da análise:

Considerando a relação custo-benefício e a necessidade de racionalização dos recursos públicos, a solução mais adequada é a substituição do parque de câmeras e equipamentos de CFTV, com **migração para o Sistema Intelbras Defense 3.1**, do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, mantendo a infraestrutura tecnológica compatível com o sistema padrão. Essa abordagem atende às demandas técnicas e operacionais com menor impacto financeiro, promove a sustentabilidade ao evitar descarte desnecessário de equipamentos funcionais e garante a continuidade operacional sem interrupções significativas.

A aquisição focada em equipamentos compatíveis e atualizados, integrada ao sistema Intelbras Defense 3.1, permite alcançar o equilíbrio entre modernização e economicidade, alinhando-se às diretrizes do Plano Diretor de Segurança e às políticas institucionais de governança e sustentabilidade do TRT24.

VI - Estimativas de preços ou preços referenciais:

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em metodologia robusta e critérios definidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 54 da Portaria TRT/GP/DG nº 140/2024, considerando três parâmetros: (i) preços obtidos pela rede mundial de computadores (internet) em sites de vendas; (ii) preços praticados em contratações similares de outros órgãos públicos, disponíveis no Painel de Preços do Governo Federal e no Compras.gov; e (iii) cotações obtidas no mercado aberto, por meio de fornecedores.

Ressalte-se que não foram utilizadas contratações anteriores feitas pelo TRT24, pois estes equipamentos são únicos, diferentes dos que foram anteriormente licitados. Em que pese, por exemplo, já terem sido licitadas câmeras de segurança, as características, modelos e especificações são diferentes, o que torna impraticável a comparação de preços.

Além disso, foram analisados o desvio padrão, a amplitude de variação entre os orçamentos e a coerência



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

entre as fontes, a fim de excluir valores discrepantes e obter a mediana representativa do valor real de mercado. A contratação dos equipamentos de CFTV feita no ano de 2024 (Processo nº 36369/2024) teve importância no aprendizado da cotação de itens de segurança eletrônica, o que contribuiu para maior precisão e comparabilidade entre os dados coletados.

O valor total estimado da contratação é, portanto, de R\$ 419.272,66 (quatrocentos e dezenove mil, duzentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos).

O Mapa de Preços com as fontes de preços, fórmulas de atualização, registros de pesquisas e tabelas de desvio padrão e amplitude acompanham este ETP como anexo técnico de suporte à estimativa.

VII - Descrição da solução como um todo:

A solução proposta para o sistema de CFTV do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet consiste na substituição integral do sistema atualmente instalado, que é o sistema Tyco, por um novo conjunto de equipamentos compatíveis com o sistema Intelbras Defense 3.1. Tal medida visa promover a modernização e a melhoria significativa da infraestrutura de segurança eletrônica do fórum, garantindo maior eficiência no monitoramento, maior qualidade das imagens capturadas e maior confiabilidade no funcionamento dos dispositivos.

A substituição e eventuais adequações físicas serão executadas pela empresa terceirizada de manutenção predial contratada pelo Tribunal, PA 21828/2024

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto:

A contratação será parcelada em grupos e itens, com fornecimento, conforme definição a ser elaborada no Termo de Referência

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

Com base no Estudo Técnico Preliminar, a substituição dos equipamentos do sistema de CFTV no Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet visa garantir a segurança patrimonial e institucional, promovendo maior eficiência no



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

monitoramento e proteção dos usuários e do patrimônio público.

A implementação da solução proposta trará benefícios relevantes, tanto em termos de economicidade quanto de otimização dos recursos disponíveis. A substituição planejada dos equipamentos obsoletos, mantendo a infraestrutura existente em condições adequadas de funcionamento, evita o custo elevado de uma troca completa do sistema, proporcionando um investimento racional e alinhado às melhores práticas de governança pública.

Espera-se, com isso, o aumento da qualidade e confiabilidade do sistema de vigilância, que resultará na melhoria do desempenho operacional da equipe responsável pela segurança, facilitando a identificação de incidentes e a tomada rápida de decisões.

A solução favorece o melhor aproveitamento dos recursos humanos, por meio de uma operação mais eficaz e menos sujeita a falhas técnicas; dos recursos materiais, ao evitar o descarte prematuro de equipamentos ainda utilizáveis; e dos recursos financeiros, por meio da redução de gastos com substituições desnecessárias, suporte técnico integrado e manutenção simplificada.

Assim, a contratação racional e planejada contribui para a sustentabilidade financeira da instituição, ao mesmo tempo em que fortalece as condições de segurança e controle no ambiente institucional.

X - Providências para adequação do ambiente do Tribunal:

Para a adequada instalação dos novos equipamentos de videomonitoramento, será necessário o contato prévio com a equipe de manutenção do DMPE, responsável por executar as intervenções físicas necessárias no ambiente do Fórum Trabalhista de Campo Grande.

Essa equipe realizará o cabeamento estruturado, a instalação das caixas de passagem e a fixação das câmeras nos locais definidos no projeto técnico, garantindo que toda a infraestrutura física esteja em conformidade com os requisitos operacionais e de segurança.

Além disso, a coordenação entre a Polícia Judicial e a equipe de manutenção permitirá o planejamento eficiente das etapas de instalação, minimizando impactos na rotina



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

do Tribunal e assegurando que os equipamentos sejam integrados corretamente ao sistema Intelbras Defense 3.1.

Após a conclusão dessas providências, os equipamentos serão configurados no sistema de videomonitoramento interno do Tribunal, permitindo o pleno funcionamento e controle das áreas de segurança.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:

O PA 21.828/2022 de manutenção predial será utilizado, conforme a disponibilidade, para efetuar as migrações das instalações existentes para a nova instalação de NVDs pelos andares e cabos de redes ligando as novas câmeras e existentes. Ressalta-se que no PA 3639/2024 já houve este serviço pelos técnicos da In Hauss. A partir de abril de 2026 haverá nova contratação de manutenção de sistemas eletrônicos que absorverá serviços de desinstalação e instalação; de forma que as interferências que necessitarem em paredes, tetos, pisos, muros, e etc; continuarão com o PA 21.828/2022.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

A aquisição de equipamentos eletrônicos destinados ao sistema de CFTV (câmeras, gravadores e cabos de rede) pode gerar impactos ambientais relacionados ao ciclo de vida desses produtos, especialmente em razão do potencial descarte de resíduos eletrônicos (e-lixo), que possuem componentes químicos e metais pesados capazes de contaminar o solo e os recursos hídricos, caso não recebam destinação adequada.

Outro impacto relevante refere-se ao consumo energético dos equipamentos durante sua operação, que, embora não seja elevado individualmente, pode contribuir cumulativamente para maior demanda de energia elétrica e, por consequência, aumento da pegada de carbono institucional.

Para mitigar esses impactos, serão observadas as seguintes medidas:

- 1. Logística reversa e destinação ambientalmente adequada:** Priorizar equipamentos cujos fabricantes comprovem adesão a programas de logística reversa, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), garantindo o



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

recolhimento, tratamento e descarte correto de componentes eletrônicos ao fim da vida útil.

2. **Eficiência energética:** Sempre que possível, priorizar a aquisição de equipamentos que apresentem certificações de eficiência energética ou consumo reduzido, contribuindo para a diminuição de impactos indiretos relacionados à geração de energia.

3. **Gestão interna de resíduos:** Estabelecer procedimentos para que eventuais substituições de cabos, peças ou equipamentos em uso sejam encaminhadas ao fabricante ou a entidades credenciadas, evitando descarte inadequado, conforme a possibilidade.

Dessa forma, o processo de aquisição observará práticas de sustentabilidade ambiental, alinhadas aos princípios da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a mitigação dos efeitos ambientais decorrentes do ciclo de vida dos equipamentos eletrônicos.

XIII - Declaração da viabilidade ou não da contratação:

Não há contratações em andamento ou previstas que sejam interdependentes desta demanda relacionada à substituição do sistema de CFTV no Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet. Trata-se de uma aquisição pontual e autônoma, que não depende de entrega anterior ou futura de outros processos, conforme consta no Documento de Formalização da Demanda (DFD). Ressalte-se que a contratação do PROAD 3639/2024 se referiu ao prédio-sede e às varas do interior do TRT24, diferentemente do objeto desta contratação.

Ademais, considerando que se trata de equipamentos eletrônicos sujeitos a desgaste e obsolescência tecnológica, é imprescindível observar os princípios de sustentabilidade ambiental e o descarte correto dos componentes substituídos. Os equipamentos antigos que forem removidos deverão ser destinados a processos adequados de reciclagem e coleta de resíduos eletrônicos, conforme as políticas institucionais de logística reversa vigentes no TRT24.

A solução adotada, baseada na substituição planejada dos equipamentos obsoletos, mantém a maior parte da infraestrutura existente, promovendo a redução do descarte de materiais e favorecendo a reutilização de



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Divisão de Polícia Judicial

ativos ainda em condições de uso, alinhando-se ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da instituição.

Por fim, a contratação proposta revela-se plenamente adequada à necessidade identificada, apresentando viabilidade técnica e econômica, em consonância com o planejamento estratégico e as políticas sustentáveis da Administração. Essa contratação garante a continuidade e melhoria dos serviços de monitoramento e segurança no fórum, com racionalidade no uso dos recursos públicos, segurança operacional e atendimento ao interesse público, respeitando as exigências legais e administrativas aplicáveis.

1. Membros do Grupo de Trabalho – Equipe de Planejamento:

Nome: Rodrigo Augusto Rodrigues Telefone: (67) 3316-1834 E-mail: <u>rarodrigues@trt24.jus.br</u>	Nome: Keyne Augusto Keler Rizzo Telefone: (67) 3316-1842 E-mail: <u>dpol@trt24.jus.br</u>
Nome: Mateus Cominetti Telefone: (67) 3316-1891 E-mail: <u>gcabral@trt24.jus.br</u>	Nome: Diogo Correa Matos de Sousa Telefone: (67) 3316-1892 E-mail: <u>nst@trt24.jus.br</u>

Assinado digitalmente